

Salvador, Bahia, 19 de janeiro de 2023

CARTA ABERTA DAS ENTIDADES QUE REPRESENTAM OS SERVIDORES FEDERAIS DO MINISTÉRIO DO TRABALHO NA ESTADO DA BAHIA

Com o início do novo governo e da reconstrução do próprio Ministério do Trabalho, abre-se a possibilidade da retomada de uma agenda de recuperação dos direitos suprimidos da classe trabalhadora e das suas organizações. Também, a nível dos estados, seguindo o modelo de desmantelamento do Ministério do Trabalho, as Superintendências Regionais do Trabalho (SRTs) perderam enorme influência, importância e autonomia.

A gestão das SRTs precisa estar em sintonia com as diretrizes de promoção da ampliação da proteção trabalhista, atuar na revogação de marcos normativos que neutralizam a eficácia da fiscalização e reaparelhar as estruturas de combate as piores formas de trabalho e a precarização. Para atingir estes objetivos, uma encruzilhada se coloca ao novo governo: partidarizar as instituições ou institucionalizar as políticas.

Acreditamos que o novo governo deve apresentar uma conduta diferenciada do anterior e ao invés de aparelhar órgãos de natureza técnica e fiscal, (como a SRT) com indicações partidárias, transformá-los em espaços de Política de Estado, inserindo mecanismos de participação e controle social na estrutura regimental do órgão possibilitando a apropriação das diretrizes políticas do novo governo em diretrizes institucionais da política pública de regulação do trabalho.

Nessa linha, seguindo as palavras do próprio Presidente Lula: “é hora de dar vez aos servidores de carreira”, tirando importantes lições inclusive da recente tentativa de golpe de Estado que o país sofreu e a conduta de instituições que fugiram ao seu papel constitucional exatamente pela politização destes órgãos.

Portanto acreditamos que o novo governo deve retomar o caminho de prestigiar a gestão da SRT por servidores de carreira, dentro de critérios que combinem capacidade técnica, trajetória e identidade política e defesa concreta com os princípios protetivos gerais do Direito do Trabalho.

A reestruturação e fortalecimento da Auditoria Fiscal Trabalho é essencial para dar autonomia aos inspetores do trabalho e, assim, assegurar a proteção, os direitos e a dignidade da classe trabalhadora.

A resistência nos últimos quatro anos das entidades que representam os Servidores Públicos Federais é uma demonstração do nosso compromisso com as políticas de Estado e, com o novo governo, buscaremos a melhoria contínua dos serviços públicos, para um Brasil com mais justiça social.